

AFROCONTO: UMA EXPERIÊNCIA ANTIRRACISTA ENTRE A EDUCAÇÃO E A PSICOLOGIA

Afroconto: An Antiracist Experience Between Education And Psychology

Ellen Dias Romero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil
Eliane Margarete da Silva Abreu – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil
Luciana Rodrigues – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil

RESUMO: O objetivo deste artigo é relatar a experiência do Projeto de Extensão “Afroconto: Construindo uma experiência antirracista na articulação entre a Psicologia e a Educação Infantil” realizado no ano de 2019 em uma Instituição de Educação Infantil na cidade de Porto Alegre. O projeto tem como ferramenta a contação de histórias infantis protagonizadas por personagens negros/as a fim de atuar em uma política antirracista que ofereça espaços para a convivência e diálogos sobre diversidade, a desconstrução de estereótipos negativos em relação a população negra e o reconhecimento da igualdade racial. Entendemos que a contação de histórias é uma ferramenta importante nesse processo, pois fomenta a imaginação da criança e ajuda no seu desenvolvimento de ensino-aprendizagem. Atividades artísticas e/ou corporais também foram desenvolvidas no projeto, realizadas após as contações para que as crianças pudessem compartilhar e experienciar sobre os temas trazidos nos livros de forma lúdica e divertida. Além do trabalho com as crianças, trimestralmente a equipe participou da reunião de planejamento das educadoras, propondo a discussão de assuntos como racismo, relações raciais e cuidado – temas que foram dialogados a partir dos relatos trazidos pelas trabalhadoras da instituição. O afroconto pausou o seu vínculo com a instituição no ano de 2020 em função da pandemia causada pelo vírus da Covid-19 e se dedicou à formação da equipe para executar o trabalho de forma cada vez mais capacitada.

Palavras-chave: Antirracismo. Contação de Histórias. Educação. Infância. Psicologia.

ABSTRACT: The purpose of this article is to report the experience of the Extension Project “Afroconto: Building an anti-racist experience in the articulation between Psychology and Early Childhood Education” carried out in 2019 in a Early Childhood Institution in the city of (name will be included after evaluation). The project has as a tool the telling of children's stories starring black characters in order to act in an anti-racist policy that offers spaces for coexistence and dialogues about diversity, the deconstruction of negative stereotypes in relation to the black population and the recognition of equality racial. We understand that storytelling is an important tool in this process, as it fosters the child's imagination and helps in their teaching-learning development. Artistic and / or bodily activities were also developed in the project, carried out after the counting so that the children could share and experience the themes brought up in the books in a playful and fun way. In addition to working with the children, the team participated in the planning meeting of the educators on a quarterly basis, proposing the discussion of issues such as racism, race relations and care - themes that were discussed from the reports

brought by the workers of the Institution. Afroconto paused its link with the institution in the year 2020 due to the pandemic caused by the Coronavirus and dedicated itself to training the team to carry out the work in an increasingly capable manner.

Keywords: Antiracism. Education. Childhood. Psychology. Storytelling

1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz um relato de um Projeto de Extensão que utiliza a contação de histórias infantis como ferramenta a efetivação de uma política antirracista no campo da educação, a partir da articulação com o campo da Psicologia. Realizado em uma Instituição de Educação Infantil localizada em Porto Alegre durante o ano de 2019, o projeto intitulado “Afroconto: Construindo uma experiência antirracista na articulação entre a Psicologia e a Educação Infantil”, vinculado ao departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se caracteriza pela contação de histórias protagonizadas por personagens negras/os, com temas que abordam diversos assuntos tais como: reconhecimento e valorização da negritude, autoestima, amizade, confiança, entre outros.

Nesse percurso, utilizamos como instrumentos para a realização das contações livros que apresentem em suas histórias personagens negras/os como protagonistas, possibilitando às crianças negras, brancas e não-brancas, o reconhecimento de uma imagem positivada dos corpos negros na população negra, seus hábitos culturais em nossa e em outras sociedades, bem como sua diversidade de saberes.

Ao possibilitar a escuta, o diálogo e a convivência com a diversidade, a contação de histórias permite dar visibilidade à multiplicidade da negritude como ferramenta e metodologia de trabalho, configurando uma ferramenta antirracista e abrindo não apenas espaços à representatividade para a criança negra, mas ainda, o reconhecimento da igualdade racial tanto para a criança negra, como para criança branca, possibilitando a quebra de estereótipos que permeiam nossa sociedade, marcada pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Os estereótipos orientam as relações assimétricas entre brancos e não-brancos, inferiorizam e desfavorecem negras/os e são aprendizados que se colocam a nós desde nossas primeiras socializações na infância.

2. COMO SURTIU E PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

A construção do Projeto Afroconto se concretizou após a realização de algumas contações de histórias infantis que tinham como centralidade personagens negro/as, desenvolvidas como ações esporádicas de um projeto sobre acolhimento ligado, por sua vez, a atividades organizadas junto a um núcleo de ações antirracistas no curso de Psicologia da universidade. A aposta em desenvolver um projeto específico onde a contação de histórias infantis pudesse ser uma ferramenta estratégica para o fortalecimento da luta antirracista foi muito bem aceita pela equipe do Núcleo passando, então, a ser constituído como um projeto independente.

A proposta de intervenções com base em uma política antirracista que pudesse ser realizada no campo da educação infantil surgiu tendo dois enfoques: a partir de preocupações ao enfrentamento do racismo nos espaços e anos iniciais de socialização das crianças, ao mesmo tempo em que, também, procurávamos tensionar nossa formação em Psicologia junto ao combate ao racismo estrutural de nosso país, que atravessa nossas relações e práticas cotidianas. Nesse caminho, como seria possível sustentar uma Psicologia que se coloque na luta pela igualdade racial se em nossa própria formação não exercitarmos práticas e intervenções que se constituam não apenas contra o racismo, mas efetivamente antirracistas?

É preciso lembrar que a Psicologia, como campo de produção de saberes e práticas, também se constitui e é herdeira de uma produção de saber eurocêntrica, branca, masculina e elitista. É nessa confluência de elementos que surgem as ciências sociais. É sob a invenção da ideia de raça que elas se desenvolveram (CASTRO-GOMEZ, 2005).

Como mencionamos acima, a ferramenta de intervenção utilizada em nosso projeto é a da contação de histórias infantis, tendo como base a seleção de livros com diferentes protagonistas negras/os que possam apresentar às crianças a multiplicidade que constitui a população negra de nosso país. A escolha dessa ferramenta de intervenção se sustenta em uma proposta ético-política de afirmação de uma política antirracista na articulação entre os campos da Educação Infantil e da Psicologia. Nesse sentido, entendemos que o ato da contação é uma ação importante, uma vez que nosso projeto envolve um trabalho realizado com crianças em idade pré-escolar. Como nos fala Edvânia¹ Braz Teixeira Rodrigues (apud MATEUS, 2013):

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real (apud MATEUS, 2013, p. 56).

Logo, a contação de histórias pode ser um instrumento para a prática de uma educação antirracista ao oferecer às crianças uma perspectiva positiva da negritude (em sua multiplicidade), pois a contação está diretamente relacionado ao imaginário da criança, ela fomenta não só a imaginação, mas, também, o hábito da leitura, bem como o seu processo de ensino-aprendizagem, uma vez que expande seu vocabulário, desenvolve sua relação com mundo interno e externo na formação de sua personalidade, valores e crenças (MATEUS et al., 2013). Assim, apostamos nessa oferta de experiências literárias viabilizando a multiplicidade da negritude a fim de que crianças negras possam se sentir representadas, contribuindo para a construção de sua autoestima, ao mesmo tempo em que possibilita que as crianças brancas possam experienciar e conviver com narrativas da diversidade étnico-racial.

Essa ação é, portanto, de grande relevância para pensarmos um trabalho da Psicologia com as infâncias, no campo da Educação, que possa operar e produzir intervenções para além dos pressupostos da branquitude - tão presentes em nossa sociedade e, historicamente, estruturando suas relações a partir da ideia de uma construção de raça que situa pessoas brancas como humanos superiores e pessoas negras e não-brancas como inferiores. Esse processo perpetua uma lógica racista conformando a ideia de supremacia branca a qual bell hooks (2019) situa como um sistema de dominação. Nesse sentido, afirma Cardoso (2010), a branquitude, como identidade racial branca, “é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (p. 611).

Além da intervenção realizada com as crianças, o projeto visou, também, trabalhar com as educadoras e demais trabalhadoras da instituição de Educação Infantil com a qual desenvolvemos o projeto, a fim de abrir discussões temáticas sobre racismo, violência, cuidado e diversidade étnico-racial - temas importantes para combater e desnaturalizar práticas preconceituosas e racistas nos espaços e relações escolares. Essa intervenção foi importante na medida em que entendemos, como nos mostra Eliane Cavalleiro (2001),

que a luta antirracista na educação precisa do envolvimento e atuação de educadoras/es no sentido de desenvolver um pensamento crítico sobre as desigualdades sociais e raciais, bem como, de atentar para suas próprias atitudes e comportamentos relacionados ao preconceito e a discriminação.

A escolha pelo campo da Educação Infantil para realização do Projeto nos levou a entrar em contato com uma Escola de Educação Infantil, credenciada como creche conveniada pela Secretaria Municipal de Educação – SMED, da Prefeitura de Porto Alegre, localizada nas redondezas do campus que abriga o Instituto de Psicologia da Universidade. A Escola está localizada dentro de uma comunidade considerada em situação de vulnerabilidade, sem muitos recursos financeiros, onde o acesso a projetos pautados em uma política antirracista não era parte de seu cotidiano. A instituição, durante o período em que realizamos o Projeto, era composta por uma equipe de aproximadamente 10 mulheres: uma trabalhadora da limpeza, duas auxiliares de cozinha, cinco educadoras, uma coordenadora e uma vice-coordenadora. Nesse coletivo de trabalho, as educadoras se dividem em duas turmas de berçário, duas turmas de maternal (M1 e M2) e uma turma de jardim.

Nesse período, nossa equipe do Afroconto, era formada por duas bolsistas graduandas de Psicologia, um voluntário estudante de Magistério e coordenação e supervisão de uma professora do Curso de Psicologia da universidade. Para o desenvolvimento do projeto construímos ações semiestruturadas e planejadas a partir da escolha de uma história a ser contada, seguida de uma atividade/dinâmica articulada à história e pensada em torno de uma política antirracista, que abrangiam atividades de desenho (realizado de forma individual, em dupla ou em grupo), roda de conversa, brincadeiras como telefone sem fio, complete a história, atividades corporais (como abraços e caminhar), entre outras.

Assim, o ato de contar a história funciona, também, como ferramenta que permite suscitar questões a partir do que as crianças entendem da história contada, a partir de suas experiências, como participam, interagem e até a forma em que nomeiam os/as personagens, com isso, incentivamos a participação de todas as crianças oportunizando a fala de si, de suas experiências, do que gostaram, do que chama a atenção na história contada. Dentro desta perspectiva podemos conversar com as crianças compreendendo

sobre como elas percebem o mundo. Ao final de cada contação fazemos um registro, em formato de diário de campo, narrando nossa ida à escola para, posteriormente, analisarmos e pensarmos em grupo sobre a experiência do projeto, o aprendizado em cada uma das propostas de atividade e possibilidades de intervenções frente às situações vivenciadas no trabalho realizado junto com as crianças.

3. SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O racismo no Brasil, para além de práticas de discriminação explícitas, direcionadas à população afrodescendente, por vezes, ainda se encontra implícito, sutil e negado a despeito de seus efeitos de inferiorização, violência e genocídio da população negra. Nesse sentido, o espaço escolar é também perpassado por relações e práticas que podem ser geradoras de desigualdades e impeditivas a um satisfatório desenvolvimento de uma considerável parcela de alunas/os negras/os (CAVALLEIRO, 2001).

Munanga (2017), se referindo às especificidades do contexto brasileiro, traz a definição de “racismo à brasileira” que se baseia na negação do racismo justificada pela ausência da institucionalização de leis segregacionistas e pelo suposto mito da democracia racial. Ao sustentar que nos constituímos como um país onde todos somos mestiços e, portanto, iguais, o mito da democracia racial ignora a hierarquia que estabelece negros e indígenas de um lado e brancos de outro. Entretanto, sabemos da existência do racismo estrutural que permeia as relações e práticas em nossa sociedade que, conforme nos mostra Jurema Werneck (2016), foge da prática individual e se instaura de forma sistêmica fazendo com que práticas, normas e políticas operem de forma desigual, resultando na exclusão seletiva de grupos racialmente subordinados.

O racismo estrutural também opera na ação do Estado e suas instituições produzindo hierarquia racial, o que faz com que a população negra, desde o tráfico negreiro até os dias de hoje, seja colocada em um lugar de subalternidade e de inferioridade na sociedade, cujos efeitos contemporâneos contabilizam a baixa escolaridade, a baixa representação midiática e a maior representação em subempregos como refere Santana (2018). Cabe lembrar que a população negra também está inserida no maior percentual em relação a violência policial e doméstica, como nos mostram os dados de 2019 do Atlas da Violência.

Como uma das estratégias possíveis, dentro de uma política de reparação social em relação às condições desiguais as quais a população negra vem sendo submetida ao

longo de nossa história, foi promulgada, em 2003, a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) que trata-se de um amparo jurídico, um instrumento para ser aplicado visando corrigir as disparidades do ponto de vista étnico-racial em nosso sistema educacional, relacionadas a transmissão da história e origem dos povos de África, da diáspora africana e seus reflexos na sociedade, e o consequente racismo estrutural e estruturante presentes em nosso cotidiano.

No entanto, a Lei, por si só, não garante sua aplicabilidade e efetividade. Nesse caminho, é necessário também ações de formação que possibilitem as práticas de ensino/educação não apenas a aplicação e efetividade da Lei, mas uma mudança que incida na desigualdade racial das relações cotidianas do espaço escolar. Eliane Cavalleiro (2001, p.149) enfatiza que “é condição para a realização de uma educação antirracista o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores”. Cabe também o compromisso de toda a sociedade para a construção de uma educação antirracista, conforme nos explica a autora “não é possível uma sociedade democrática se não nos comprometemos a banir do cotidiano escolar todas as atitudes e os comportamentos que o protegem, o disseminam e mantêm relações hierárquicas entre os seres humanos” (CAVALLEIRO, 2001, p.159).

4. O INÍCIO DAS ATIVIDADES

A ideia de participar de um projeto que utiliza a contação de histórias para crianças nos pareceu um pouco assustadora, ficamos resistentes por medo da rejeição das crianças, tendo em vista que não tínhamos muito contato com crianças, e não sabíamos como seríamos acolhidas. Fomos surpreendidas, pois fomos recebidas com muita festa e alegria, o que possibilitou que ficássemos tranquilas para trabalhar e desenvolver o Projeto naquele espaço de educação infantil.

A turma que nos acolheu, no nosso desejo de contar histórias com temática étnico racial, foi a do jardim B, o grupo era composto por uma educadora negra de pele escura² e dezessete crianças com idades entre cinco e seis anos, onde quatro delas eram negras³. A partir daí, mais um desafio. Encontrar formas de construir interações com as crianças e conseguir estabelecer uma comunicação compreensível e educativa, uma vez que saímos do nosso mundo adulto e acadêmico para mergulharmos em algo não conhecido

já que trabalhar com crianças era, para nós, uma experiência nova. Após cada contação na Instituição aconteciam as reuniões da equipe com a coordenadora do Projeto onde conversávamos sobre a intervenção proposta - momentos no quais ocorriam, também, a construção de estratégias para os próximos encontros com as crianças, conforme eram (re)pensadas as atividades já realizadas, buscando subsidiar as próximas intervenções.

5. REUNIÃO COM AS EDUCADORAS DA INSTITUIÇÃO

Junto a contação de histórias com os/as pequenos/as, também desenvolvemos ações com a equipe de educadoras da Instituição de Educação Infantil participamos de duas das três reuniões que a equipe realizou trimestralmente, sendo que na primeira a proposta inicial foi conhecê-las melhor e compreender como elas percebiam as relações raciais e o racismo dentro da Instituição; nessa reunião levamos o texto da Sueli Carneiro (2011), chamado “Racismo na Educação Infantil”. Propomos esse texto para iniciar o debate, entretanto, não foi necessário utilizá-lo como disparador, pois as trabalhadoras logo começaram a se manifestar sobre as questões raciais que permeavam a Instituição e o cotidiano de trabalho, o que consideramos um analisador, pois o fato de nós, estudantes e professora negras estarmos ali para debater essas questões, possibilitou a elas falarem de si e sobre episódios de desigualdade racial em seu trabalho.

Assim, o texto de Sueli Carneiro (2011) foi utilizado apenas em um segundo momento, pautando conversas sobre temas como racismo, branquitude e atuação das/os educadoras/os na luta antirracista. Apesar de haver práticas de enfrentamento ao racismo, a Instituição não possuía nenhum projeto político sobre educação antirracista, uma vez que notamos confusão sobre alguns conceitos como racismo, preconceito e autodeclaração racial.

A proposta de fazer a reunião com as educadoras se deu pela necessidade de abordarmos temas que perpassam as atividades e a construção de uma educação antirracista. Cidinha da Silva (2001) no texto “Formação de Educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial” nos diz da importância de pensar a formação desses/as profissionais e entender os mecanismos que excluem as crianças negras desde o início da vida escolar. Segundo a autora, “sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais” (SILVA, 2001, p. 66). Logo, é preciso, além de ser contra as práticas racistas, ser

antirracista. Nesse sentido, a contação de história tendo personagens negras/os e a reunião de educadores ampliam as possibilidades de atingir os objetivos do projeto Afroconto.

Durante as conversas, nessa primeira reunião, surgiu o relato de uma das educadoras negras já ter sido vítima de racismo por uma das crianças da Instituição, situação na qual a educadora ficou em conflito consigo mesma por não saber se poderia se permitir mostrar seu sofrimento naquela situação, uma vez que não foi acolhida pelas suas colegas. Esse relato nos fez perceber que as profissionais não estavam preparadas para acolher as demandas das colegas relacionadas a questões raciais e que, conforme bem sinaliza Cidinha da Silva (2001) “o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar”. Portanto, é necessário atentar para questões presentes no âmbito escolar ligadas a não formação de professores/as, como afirma a autora:

O professorado, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancas. Não estabelece relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não-percepção interfere na sua própria conduta (SILVA, 2001, p. 66).

No segundo encontro, juntamente com as educadoras, pautamos a questão do cuidado com as crianças e entre as trabalhadoras, pois acreditamos que é importante falar sobre cuidado e afeto, uma vez que essas relações são perpassadas e podem sustentar a manutenção do racismo estrutural. Também surgiram temas como as ações afirmativas, construção da autoestima e propagação do racismo.

Sueli Carneiro (2011) em “Racismo na Educação Infantil” nos traz questões cotidianas onde é notável a reprodução de práticas discriminatórias no contexto educacional/escolar. Nesse sentido, através das conversas com as educadoras da Instituição de Educação Infantil na qual desenvolvemos o Projeto, podemos constatar como são recorrentes e estruturadas as práticas racistas. A autora, ao comentar a pesquisa realizada por Eliane Cavalleiro (2000) nos mostra que

a maioria das professoras (o universo era de mulheres) parece perceber a existência de preconceito racial na sociedade; entretanto, contraditoriamente, nega que ele esteja presente dentro da escola, como se no tecido social doente a escola representasse uma célula sã (CARNEIRO, 2011, p.75).

6. REAÇÃO DAS CRIANÇAS COM AS HISTÓRIAS APRESENTADAS

Como mencionamos acima, o Projeto foi realizado com a turma do Jardim B, de uma Instituição de Educação Infantil, onde haviam mais ou menos 17 crianças, sendo, entre elas, apenas três meninas. Dentre as meninas apenas uma era negra e, dentre os meninos, três eram negros. Com o passar do tempo, podemos perceber que desenvolvemos um vínculo com as crianças e a professora, conseguindo fazer daquelas quartas-feiras um encontro marcado, pois quando chegávamos, as crianças já sabiam que era a hora do Afroconto, então, já se organizavam entre si para nos receber.

Sandra de Oliveira Ferreira (2017) diz que a criança negra busca referência no outro por meio da interação e, como suas origens sempre trouxeram sua inferiorização, ela vai buscar uma referência respeitosa no branco. Dito isto, ela complementa que a contação de histórias infantis pode auxiliar na desconstrução de estereótipos negativos presentes no imaginário social e respeito da população negra, onde a imagem do/a negro/a na história deve contribuir para a elevação da autoestima e reconhecimento de sua identidade.

A identidade social surge do processo de identificação do indivíduo com aqueles considerados importantes em sua socialização. Logo, a identidade social se inter-relaciona com a identidade pessoal; sendo assim, não existe a possibilidade da construção de uma identidade pessoal desvinculada da identidade social (SILVA, 2004, p. 26).

As histórias apresentadas sempre foram muito bem aceitas por todas as crianças, construímos um espaço onde eles tinham a liberdade de criar junto, podendo nomear personagens, criar histórias e escolher algumas dinâmicas dando vida ao imaginário. A questão da cor das personagens quase nunca era mencionada, salvo algumas situações, como quando levamos bonecas para complementar a dinâmica que seria proposta e uma das crianças negras pontuou: “já reparou que todos os bonecos que vocês trouxeram são negros?”. Percebemos, também, que houve bastante discussão sobre os tipos de cabelos, principalmente a partir da contação da história do “Chico Juba”, de autoria de Gustavo Gaivota (2011) onde, além de conversarmos sobre o fato dele ser um menino negro cientista, falamos sobre tipos de cabelo, comparando, também, com os nossos próprios cabelos, de forma a buscar quebrar o estereótipo de “cabelo ruim” e positivar todos os tipos de cabelos crespos e cacheados.

Foi importante nos colocarmos enquanto pertencentes ao grupo de cabelos crespos e cacheados, pois quando perguntamos às crianças sobre o assunto, alguns diziam que os cabelos apresentados na história eram feios, mas quando dizíamos que era igual aos nossos (contadoras da história) logo eles enxergavam com outro olhar, atribuindo significado positivo aos cabelos crespos e cacheados. Assim, as crianças negras, ali presentes, puderam também se identificar e perceber a versatilidade de seus cabelos.

Quando a criança negra percebe desde cedo sua representação nos livros de maneira positiva nas histórias, cresce se sentindo parte da sociedade e não exclusão dela. Além disso, aprende a ler e interpretar os textos verbais e visuais e não se deixa convencer pelo discurso pejorativo presente nas linhas, entrelinhas ou por trás das imagens. (FERREIRA, 2017, p.3).

Outra contação de história que marcou bastante nossa experiência no Projeto foi a do livro “O cabelo de Lelê” escrito por Valéria Belém (2007), onde trazia a história da menina Lelê que tinha longos cabelos cacheados e estava em busca de saber sua origem. Após algumas pesquisas, descobriu que seus cabelos vêm de seus ancestrais africanos. As crianças ficaram bem empolgadas imaginando Lelê e, como ainda não entendiam muito bem o que era um continente, imaginaram a África como uma grande fazenda.

Após contarmos a história, algumas crianças começaram a comentar quantas pessoas negras haviam nas suas famílias e como eram seus cabelos. Manoela⁴ diz que seus pais são pretos e explicamos para ela que por isso, assim como Lelê, ela tem o cabelo muito bonito e bem cacheado. Explicamos que há vários tipos de cabelos, lisos, cacheados, crespos, etc., exemplificando com os seus próprios cabelos, aproveitando para engrandecer a beleza do cabelo cacheado e crespo.

A atividade proposta ao fim da contação foi a de desenhar a Lelê com seus lindos cabelos. A maioria das crianças, do seu próprio jeito, desenhou o que foi proposto por nós. Nilton pediu para desenhar sua mãe com o vestido que ele gosta de vê-la vestir, Marcelo não quis desenhar um cabelo cacheado, pois sua mãe tem cabelo liso; Bruno, apesar de ainda estar na fase de garatujas, desenhou um cabelo azul, pois diz que quando crescer terá o cabelo dessa cor. Manoela, uma das crianças negras, fez dois desenhos, o primeiro com a menina pintada na cor salmão, mas pediu ajuda a uma das contadoras, uma vez que não estava satisfeita, pois não estava enxergando o lápis “cor de pele” que

era muito claro. Gentilmente, a contadora explicou a ela que o nome da cor era salmão e que existiam vários tons de pele, não somente aquele do lápis. Perguntou a Manoela se aquela cor parecia com o tom de sua pele, com isso, a menina colocou o lápis ao lado de seu braço para comparar as cores e diz que não. Após concluir o desenho, Manoela entrega a atividade, é elogiada, mas pede outra folha, pois quer fazer outro desenho, pois segundo ela, fez o primeiro desenho errado. Ao terminar, entrega com um grande sorriso. No papel, uma menina desenhada na cor marrom com cabelos cacheados, uma menina parecida com ela.

bell hooks (2019b), referenciando Vincent Harding, diz que em uma sociedade composta majoritariamente por pessoas não brancas, seria admirável cogitar o autoamor como um chamado religioso, além disso, nos aponta em seu texto a possibilidade de amar a negritude como resistência política transformadora, dado que ela pode gerar mudanças em nossas formas de ver e ser. Nessa linha de pensamento, realizar a ação o Projeto Afroconto nos espaços de educação possibilita desnaturalizar os valores e padrões impostos pela supremacia branca, sistema de dominação através do qual pessoas brancas como modelos de seres universais.

Por isso, a apresentação de narrativas de histórias com personagens negras/os, como as dos livros apresentados através do Projeto Afroconto, nos permite efetuar uma mudança de cenário onde vemos negas/os cientistas, viajantes, príncipes e princesas, entre outras posições consideradas importantes socialmente, o que possibilita que as crianças reconheçam ser possível esse lugar positivo das/os negras/os na sociedade contribuindo para o movimento ao qual bell hooks (2019b) nos convida: de amar a negritude.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de contação de história com personagens negros/as e com perspectivas de valorização da negritude foi pensado visando contribuir com a educação antirracista. As atividades inseridas no cotidiano de uma Instituição de Educação Infantil trazem a possibilidade de reconhecimento e representatividade da negritude às crianças, ajudando na construção de sua identidade e autoestima pautada na valorização de negras/os e das origens africanas, reconhecendo os costumes e tradições.

A decisão de escrever este relato de experiência se deve ao fato de percebermos a importância de registrar o que foi vivenciado nas atividades dentro do projeto e potencializar novas ações que trabalhem dentro de uma perspectiva antirracista.

O Projeto Afroconto teve uma ótima aceitação, inclusive algumas escolas e outros espaços que realizam atendimento à crianças e adolescente entraram em contato conosco convidando para atividades com nossa participação em eventos ou como atividade curricular a desenvolver junto com as/os educadores locais, como roda de conversa sobre as vivências de contar histórias no projeto e contação de história em oficinas pontuais. Devido à pandemia, desde o início do ano de 2020, ficamos restritos em nossas atividades, não podendo atender e desenvolver atividades presenciais. No momento da confecção deste artigo, estamos articulando outras formas de desenvolver e manter o projeto ativo limitados pelo isolamento social como tentativas de produzir vídeos e podcast com contação de histórias e para apresentação e divulgação do trabalho desenvolvido através do projeto.

Notas de rodapé

¹ A opção por apresentar, ao longo do texto, os nomes completos de autoras mulheres foi adotada de forma intencional, com o objetivo de explicitar e valorizar a autoria de mulheres negras no campo científico.

² A descrição feita foi através da heteroclassificação da equipe de contadores e não pela autodeclaração das crianças e da educadora.

³ Utilizamos a classificação do IBGE, onde na categoria “negro” entram pessoas pretas e pardas.

⁴ Todos os nomes utilizados neste relato de experiência, são fictícios, a fim de preservar a identidade das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2007.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial eo branco anti-racista**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3235857>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 87-95. Disponível em: < <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3Ancias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf> >. Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Educação Anti-Racista: Compromisso indispensável para um mundo melhor**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.
- CERQUEIRA, Daniel R. de C. et al. **Atlas da violência**. 2019.
- FERREIRA, Sandra de O. **Quebrando estereótipos: o papel do mediador na valorização do negro na literatura infantil**. 2017.
- GAIVOTA, Gustavo. **Chico Juba**. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2011.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019b.
- MATEUS, Ana do N. B. et al. A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, v. 5, n. 1, 2013.
- MÜLLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria L. da; ABUD, Cristiane C. (Org.) **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**, 2017, p. 33-44.
- SANTANA, Bruna da P.; DA SILVA, Everton Melo; ANGELIM, Yanne. Negro (a) s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 52-66, 2018.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 535-549, 2016. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=pt&tlng=pt > Acesso em: 14 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>

Credenciais da/os autora/es

ROMERO, Ellen Dias Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Extensionista no Núcleo de Extensão e Pesquisas Antirracistas da Psicologia (NEPAR-PSI) (UFRGS).  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8259-7941>

E-mail: ellenromero@gmail.com

Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília, CEP: 90035-003. Porto Alegre/RS. E-mail: ellenromero@gmail.com

ABREU, Eliane Margarete da Silva. Graduada em Direito (Uniritter), Graduanda em Psicologia (UFRGS). Mestrado Acadêmico em Psicanálise Clínica e Cultura (UFRGS)  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7269-5310>

E-mail: elimabreu.psi@gmail.com

Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília, CEP: 90035-003. Porto Alegre/RS. E-mail: elimabreu.psi@gmail.com

RODRIGUES, Luciana. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do PPGPSI/UFRGS. Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0061-1402>

E-mail: lurodrigues.psico@gmail.com

Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília, CEP: 90035-003. Porto Alegre/RS. E-mail: lurodrigues.psico@gmail.com

Recebido: 15/02/2021.

Aceito: 20/03/2021.